RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 21 de Novembro de 2026

CS Mobi pede R$ 135 milhões para rescindir contrato com prefeitura de Cuiabá

"É uma proposta irreal ", diz Abílio Brunini

Alan Mesquita A Gazeta

O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), afirmou que a Prefeitura ainda está analisando as propostas apresentadas pela empresa CS Mobi em relação à administração do estacionamento rotativo na cidade. Segundo ele, uma das sugestões é “irreal”, já que a empresa solicita R$ 135 milhões para a rescisão do contrato. Outra possibilidade seria a suspensão dos repasses da Prefeitura, permitindo que a CS Mobi continue lucrando apenas com os pagamentos feitos pelos usuários.

Abilio disse que pretende aguardar uma possível intervenção da Câmara Municipal antes de tomar uma decisão definitiva. O prefeito já havia manifestado anteriormente sua intenção de romper o contrato, que tem duração prevista de 30 anos e também inclui a administração do Mercado Municipal Miguel Sutil, ainda em construção.

Contrato questionado

O prefeito argumenta que o contrato firmado com a CS Mobi é inviável para o Município, pois obriga a Prefeitura a pagar um valor fixo, independentemente da utilização das vagas de estacionamento. Na quarta-feira (29), Abilio se reuniu com representantes da empresa para discutir alternativas.

“A CS Mobi está fazendo algumas propostas. Uma delas é a redução dos valores cobrados da Prefeitura, deixando este ano sem cobrança e continuando apenas com a arrecadação da população. Outra proposta é a rescisão do contrato, mas eles pedem R$ 135 milhões, o que é inviável. Temos cláusulas que nos permitem romper o contrato sem precisar pagar esse valor todo, então vamos aguardar”, declarou o prefeito.

Além disso, Abilio ressaltou que a CS Mobi descumpriu diversas obrigações previstas no contrato, como melhorias em calçadas e pontos de ônibus, além da paralisação da obra do Mercado Municipal Miguel Sutil, que só foi retomada recentemente.

CPI e investigação do contrato

Abilio também apontou que a empresa utilizou um empréstimo em que colocou como garantia um recurso previsto para o Município, o que pode motivar uma CPI na Câmara Municipal para investigar o contrato.

“Estou sabendo que a Câmara Municipal vai abrir uma CPI para investigar esse contrato. Vamos aguardar para tomar essa decisão”, disse o prefeito.

Enquanto a Câmara estuda a abertura da CPI, a Prefeitura seguirá analisando o contrato por meio da Controladoria e de fiscais responsáveis. O prefeito também garantiu que o pagamento mensal de R$ 650 mil previsto no contrato não será efetuado até que haja uma decisão final.

“A Prefeitura não está pagando e não vai pagar até a gente ter uma decisão”, afirmou Abilio.